

IX SEMANA DA PEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS CONTRA-COLONIAIS MEDIADAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

CAMPOS, Veratriz Souto¹
CERRI, Thelma Chiarelli ²
MIRANDA, Marina Rodrigues ³

RESUMO

Este artigo apresenta a relevância de um ensino contextualizado e significativo desenvolvido em duas escolas públicas da Educação Básica no Estado do Espírito Santo. O processo de ensino aprendizagem em consonância a temática Afro-indígena nos espaços escolares, acarreta uma gama de implicações. O artigo retrata desdobramentos de práticas em espaços escolares diferentes, porém a aprendizagem afetiva e a interação entre os sujeitos, fortalece a circularidade dos métodos e conteúdos a serem ensinados sobre os povos indígenas e afrodescendentes, independente da comunidade escolar. A temática afro-indígena nesse contexto, se esbarra com a aculturação e ao mesmo tempo se enriquece com as epistemologias da vida desses povos que está presente no cotidiano de todos. Neste sentido, o artigo busca reverberar os saberes dos povos tradicionais de forma significativa, no qual a aprendizagem mediada tem o papel importante na construção dos saberes no que tange às leis 10.639/03 e 11.645/08. Para tais ações, utilizou-se a pesquisa qualitativa embasada na aplicação, ou seja, para as diversas possibilidades de atuação pedagógica. E a pesquisa bibliográfica que embasa as práticas para atuação sobre os povos indígenas. O artigo ressalta a importância da aplicação das leis nos espaços escolares, enfatiza a necessidade de pesquisas e práticas de aprendizagem mediada para a apropriação de epistemológicas dos saberes e ancestralidades dos povos originários e afro, elencando recursos das vivências destes povos.

Palavras-chave: Mediação, aplicabilidade, afro-indígena, aprendizagem, escolas.

¹ Mestranda em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: veratriz.campos@edu.ufes.br

² Mestranda em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: thelma.cerri@edu.ufes.br

³ Doutora em Educação. Professora de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marina.r.miranda@ufes.br

1 Introdução

Pensar uma prática pedagógica significativa é envolver-se em pesquisas e reflexões que norteiem a busca por transformações, considerando a fragmentação do saber atrelado ao processo de colonização eurocêntrica impregnado no sistema educacional, que invisibiliza e desconsidera toda a história dos povos indígenas e afrodescendentes, pois “A nação brasileira se projetou como branca e isso contribuiu para que os saberes dos negros e indígenas não fossem ensinados na escola regular (Eugenio, Matos, Santos, 2018, p.5) e “pessoas criadas numa sociedade racializada têm uma visão de mundo marcada por essa racialidade” (Bento, 2002, p. 48). A realidade apresentada por Bento, retrata a necessidade de buscas por práticas que contribuam com a mudança deste cenário, onde as práticas mediadas aconteçam intrinsecamente dentro do dia a dia dos espaços escolares, onde a aplicabilidade da lei 11.645/08 se concretize nas diversas propostas curriculares de ensino.

O presente artigo retrata a diversidade de vivências em duas escolas, sendo uma na Comunidade Camponesa Córrego General Rondon, São Gabriel da Palha, norte do Espírito Santo, composta por agricultores, meeiros, pequenos proprietários, com poucas evidências da cultura indígena e mínima valorização da cultura afro; A segunda localiza-se em uma comunidade tradicional, de quilombos, aldeias, pescadores que favorecem as vivências relacionadas aos povos afro e indígenas, localizada na Vila de Itaúnas, município de Conceição da Barra, extremo norte do Espírito Santo.

Considerando essas duas realidades evidencia-se o quanto a vivência nos espaços escolares influencia o pensar, agir e propagar das pessoas. O processo de formação ideológica está diretamente relacionada a mediação entre o desenvolvimento real e o potencial, evidenciado por Vigotski:

[...] um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e

quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança (Vigotski, 1991, p. 60-61).

Vigotski contribui com pesquisa traçando caminhos para o desenvolvimento por meio da mediação. Essa relação com o outro contribui na aprendizagem, que se concretiza através da vivência, do contato. Nesse sentido o objeto de estudo deste trabalho, reverbera o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, nos currículos escolares, por meio da aprendizagem mediada, na qual, reconhece que os espaços e seus contextos contribuem para a intervenção na abordagem dos conteúdos.

Assim, a pesquisa tem como **objetivo geral**: Aprofundar os estudos e análise sobre aplicabilidade da lei 11.645/08 em diferentes contextos escolares utilizando recursos da aprendizagem mediada.

Os **objetivos específicos**: Debater a importância de considerar o ensino nas perspectivas da lei 11.645/08; Analisar a elaboração do Plano de Ensino, bem como a inserção de temática afro-indígena na organização curricular; Envolver-se no processo ensino e aprendizagem considerando seus hábitos e valores; Reverberar literaturas próprias da cultura indígena trazendo a circularidade para as práticas mediadas.

1- Instrumentos para aprendizagem e aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na Escola do Campo

Diante da perversa concepção histórica de que os povos negros e indígenas são inferiores, subalternos e, considerando que “através dos outros nos tornamos nós mesmos” (Vigotsky, 1987, p. 56) é que se fundamenta essa visão colonizada sobre esses povos que se perpetuou ao longo dos séculos, através das gerações e ainda hoje se evidencia nas escolas, como relatam as autoras,

[...]ao se abordar a temática indígena nos dias de hoje, faz-se na escola praticamente a mesma coisa do que pessoas de 60 a 80 anos se lembram de ter aprendido quando crianças.

E o que foi que essas pessoas aprenderam e nossas crianças do século XXI ainda aprendem? O “índio” como um ser vinculado ao passado, com alguma presença significativa somente na formação da colônia e na

constituição do “povo brasileiro”; o “índio” como um genérico, sem atentar para a diversidade cultural das mais de 305 etnias presentes em nosso país; o “índio” como alguém que vive na floresta, isolado e nu, subsistindo apenas da caça e da pesca, e aqueles que fogem desse padrão “já não sendo índios”; e o “índio” como ser preguiçoso, que ocupa muita terras e atrapalha o desenvolvimento da nação, entre outros estereótipos.(Collet, Paladino, Russo, 2014, p.6).

Essa é a realidade vivenciada em diversos espaços escolares, inclusive na escolado campo situada no município de São Gabriel da Palha, com o modelo de educação colonizada que é resultado de um projeto de opressão que se sobressaiu em virtude da desvalorização dos povos negros e indígenas, para que estes servissem de mão de obra, bode expiatório⁴, dentre tantas outras realidades de exploração e preconceitos ao longo da história.

Apesar dessa realidade apresentar traços de mudanças com o trabalho contextualizado e significativo desenvolvido por algumas educadoras que buscam trabalhar o tema através de pesquisas envolvendo lideranças indígenas, escritores e produções autênticas que retratam a real cultura e realidades destes povos, a maioria, ainda se limita a pinturas de desenhos e produções de artesanato que imitam a cultura dos povos ancestrais.

As falas dos estudantes, ainda reproduzem o pensamento colonizado. Essa propagação é evidenciada através do bullying, da cultura da intolerância, desrespeito, agressividade e/ou por falas de que índios não existem mais, eles já se mudaram para a cidade, não moram na floresta, nem se importam com a natureza. Tais discursos são carregados de ideologias preconceituosas de que os indígenas devem ser os únicos responsáveis por cuidar da terra, dos rios e das florestas, de que não podem ter acesso a tecnologia como celulares ou carros. Ou que os negrossão mais fortes, resistentes, acostumados a lidar no pesado, justificando a maior contribuição destes nos trabalhos manuais. É cruel propagar esses pensamentos em qualquer ambiente, mas principalmente nas instituições escolares, cuja função, se estende a promover o pensamento crítico e reflexivo através de um ensino integral. O que acontece, em muitos espaços é o engessamento e rigidez dos currículos como evidência Gomes,

⁴ Pessoa que é responsabilizada por um ato que não cometeu.

Descolonizar os currículos [inclusive os voltados para a formação de professores] é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do carácter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras re-flexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, apud Costa; Camata, 2020, p. 68).

Esses currículos colonizados, desvinculados da realidade dos estudantes camponeses, indígenas, negros, enfim, a maioria da população brasileira que são classificados como minorias, favorecem o processo de propagação de pensamentos e atitudes preconceituosas e de carácter colonizado.

Numa perspectiva otimista cria-se as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no intuito de tornar obrigatório o ensino da história e da cultura da África, a afro-brasileira e dos povos indígenas, como explicita as autoras,

[...] a aplicação da lei n. 11.645/2008. Essa lei acrescentou à lei n. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e privados no país, o estudo da história e das culturas dos povos indígenas. Ambas as leis alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para atender ao reconhecimento e à valorização da diversidade étnica e cultural instituída pela Constituição Federal de 1988. (Collet; Paladino; Russo, 2014, p.7-8).

Porém, a instituição da lei, apesar de ser uma grande conquista da luta dos movimentos negros e indígenas, por si só não garante a o direito, a visibilidade, audibilidade e mudança de postura da escola, dos professores e pesquisadores pois, estes também são frutos de uma cultura de desvalorização destes povos. Assim, é necessário formação, pesquisa, desconstrução para que educadores, assim como eu, descendente de italiana, branca, classe trabalhadora, mas que nunca fui barrada no aeroporto, nem tive que me preocupar com meu filho ser confundido com um bandido em uma festa, ou ser acusada de preguiçosa, inimigado progresso dentre tantas outras formas de ridicularização e humilhação. Enfim, que essas pessoas em seus lugares de fala, sejam na escola, na política, nas comunidades, desconstrua pensamentos estereotipados e preconceituosos e

contribuam para a evolução de outras pessoas, em um processo inverso ao que aconteceu ao longo da história. Ressaltamos, a escola como formadora possui uma importante responsabilidade nesse processo, como enfatiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Para se obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu, restaurando relações étnico raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (Brasil, 2004, p. 15).

Nesse sentido, apesar de a escola analisada apresentar indícios de mudança em sua metodologia ao trabalhar o tema afro indígena, apresenta-se fortemente a necessidade de aprofundamento na aplicabilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08, especialmente no que se refere a abordagem da temática exclusivamente em datas específicas, sem aprofundamento, ou a falta circularidade literária que contemple os saberes ancestrais. Enfim, a propagação do pensamento colonial ainda assombra as práticas pedagógicas em muitas escolas e o aprofundamento da pesquisa nesse sentido pode contribuir para acelerar o processo de mudança e desconstrução.

2- Instrumentos para aprendizagem e aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na Escola de Comunidade Tradicional

A comunidade escolar localizada na Vila de Itaúnas, pacata, que viveu por décadas da subsistência da pesca, caça, bem como os produtos extraídos da mandioca, hoje vive também do turismo. A arte da culinária afro indígena está fortemente presente no território. Aqui de um lado tem a aldeia Jacó Pataxó e do outro comunidade quilombola Angelim I, as manifestações culturais dos povos afro estão também presentes na comunidade. Desde a vila antiga (que foi soterrada de 1940 a 1970) estas formas de vida afro indígena são marcas da comunidade, considerando que muitas coisas foram soterradas juntamente com parte da ancestralidade deste povo, enquanto outras perduram até hoje.

No sentido de descrição dos grupos étnicos da comunidade Hacon em sua pesquisa de dissertação ela descreve: "Os nativos de Itaúnas são constituídos por uma rede de parentesco e compadrio [...] descendentes de indígenas, negros e brancos, dentre estes últimos principalmente italianos e portugueses". (Hacon, 2011, p.79).

Diante do cenário escolar inserido em uma comunidade afro-indígena, o processo de ensino aprendizagem deveria ser totalmente de aplicabilidade da lei 11.645/08, porém, mesmo tendo muitas ações positivas no que se refere a práticas, ainda há precariedade na aplicação da mesma, carecendo de compreensões e muitos entendimentos por parte dos educadores em relação às possibilidades de utilização de instrumentos de aprendizagem, bem como a aprendizagem mediada.

Para tanto existem diversas formas e práticas de atuação nos espaços escolares por meio de atividades adaptadas a partir das perspectivas ameríndias. O processo de ensino-aprendizagem sobre os povos indígenas adentra os espaços escolares por meio de histórias, rodas de conversa, vivências, costumes e manifestações, destacando o reconhecimento da realidade dos povos indígenas pela comunidade escolar. Palanga ressalta o pensamento de Vygotsky:

Vygotsky e seus colaboradores abrem uma nova via de reflexão a respeito de como ocorre a constituição e desenvolvimento do ser humano. Assim, ao salientar a importância das trocas sociais, ou seja, a interação entre o sujeito em um espaço histórico e socialmente determinado, desloca-se o processo de conhecimento da ação individual para uma ação conjunta, cujo valor formativo dependerá da internalização das normas culturalmente e valorizadas que regem tais interações. (Palanga, 2013, p. 162).

Assim, oficinas ministradas por profissionais da própria cultura abordam essa temática e a prática de vida dos povos originários de maneira autêntica. Isso proporciona à escola a oportunidade de atuar com instrumentos de desconstrução e ampliação do conhecimento sobre a história contra colonial. É preciso que os espaços da Educação Escolar Indígena também apresentem formas de contar e recontar as narrativas dos povos originários, destacando a ancestralidade e a territorialidade indígena por meio de contos, lendas, mitos, narrativas e fatos regionais que marcaram a resistência e a existência desses povos.

É importante ressaltar que o ensino através de elementos místicos e cosmológicos, com a valorização da ancestralidade local, enfatizando narrativas essenciais para todos os povos originários, especialmente os povos indígenas que habitam essa comunidade é de grande significância para manter viva a memória desse povo e promover um ensino contextualizado. Para tanto, fica evidente o importante papel do

professor proporcionando a aprendizagem mediada. Vigotski apresenta-o como intermediador, levando o aluno a ter contato com o conhecimento. O educador passa a ter um função social no processo de ensino e aprendizagem.

A aplicabilidade da lei 11. 645/08, mesmo neste espaço cercado pelo mundo afroindígena, requer da escola prática mediadoras e para isso é importante formação continuada para os espaços escolares, atividades de campo, aulas expositivas sobre a temática afro indígena, vídeos relacionados, literaturas que envolvam as temáticas, e mais ainda fortalecer práticas de vivências, em que o professor atue como ponte entre o aluno e um mundo à sua volta e possa colaborar para que o conhecimento chegue e permaneça intrinsecamente a todos.

Para tanto o educador que conhece a realidade do estudante, se apropria dela e a utiliza em suas aulas, mostrando-se sensível e apto a falar uma linguagem própria, capaz de motivar e envolver o estudante no processo ensino aprendizagem, conduzindo-os à escuta sensível da história oral destes povos.

A vivência dos povos indígenas nos espaços escolares requer um olhar para além das simples práticas, das diversas artes e dos costumes indígenas; É necessário transcender as paredes do conhecimento para alcançar a essência de toda a ancestralidade presente nesses povos. Assim, seguem práticas prazerosas e significativas, por meio da mediação do educador:

- Contação de história e roda de conversa na educação infantil: “O TUPI QUE VOCÊ FALA; Lenda da mandioca; Construção de instrumentos musicais como Maracá no grupo do povo pataxó de seu Paulo Jacó; Construção de café cultural trazendo a culinária afro indígena; Músicas relacionadas; visita à aldeias;

Estes e tanto outros materiais a serem utilizados para adentrar como mediador no processo ensino aprendizagem no que se refere a aplicabilidade da lei 11.645/08

4. Metodologia de estudo

Com base no objetivo deste trabalho, esta pesquisa é classificada como Pesquisa Qualitativa, “por ter o foco da investigação centrado na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações” (André, 1995, p.11).

Utilizar-se-á, a pesquisa bibliográfica, um estudo feito por meio de buscas em teóricos que tratam a temática afro indígena, na perspectiva da aprendizagem mediada com análise de documentos, artigos científicos e literaturas. É também, uma pesquisa participante, na qual, nos propusemos realizar a pesquisa etnográfica com observação nos território das comunidades escolares, e diálogo envolvendo famílias, membros das comunidades, educadores, estudantes, observação, visitaçã, em duas escolas da Educação Básica no ES, Sendo uma de São Gabriel da Palha, norte do estado e outra em Itaúnas extremo norte, a fim de propor formação continuada através do fomento de processos educativos por outras perspectivas de aprendizagens mediadas, tecendo uma consciência coletiva de descolonização e despadronização de práticas educativas.

Considerações finais

Os paralelos entre as realidades descritas demonstram o quão determinante são as vivências e a mediação descrita por Vigotski. Através delas o outro se constrói, aprende e a partir daí desenvolve seus pensamentos e modos de agir. “A relação do homem com o meio não é uma relação direta, mas uma relação mediada” (Vygotsky, 1987, p.24). Nesse contexto, o educador é primordial, agindo como intermediário entre a criança e o conhecimento que está à sua volta. Corrobora para que o estudante não colonize seus pensamentos a partir de uma história linear. Ofaz através de um plano de ensino com ações que estimulem o desenvolvimento do pensamento crítico, repensando a educação e fomentando discussões que viabilizem uma educação libertadora com perspectivas pertinentes ao respeito, a equidade, a valorização da cultura local e da diversidade, desconstruindo pensamentos colonizados.

A lei 11.645/08 tem muito a contribuir com os diversos espaços escolares, pois embasa e estimula o aprofundamento de conteúdos pertinentes a visibilidade e valorização dos povos afro-indígenas. Para tanto, as implicações citadas nesse artigo reforçam a importância da sensibilização e mediação do professor, quanto a necessidade de oportunizar aos estudantes adentrar as veracidades dos povos afro indígenas, destacando que possivelmente eles não teriam em suas famílias, tais possibilidades. Assim, intensifica-se a necessidade de a escola assumir sua função mediadora e oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer sua história

através da aplicabilidade da lei 11.645/08, para desconstruir estereótipos subjacentes do currículo colonizador construído ao longo da história.

Referências

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, 2004. p.15.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BENTO, Maria A. da S. **Racialidade e produção do conhecimento**. In: SEYFERTH et al. *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, Ação Educativa, ANPED, 2002.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando Preconceitos: Subsídios para o Ensino das Culturas e Histórias dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Laced, 2014.

COSTA, Eliane Gonçalves da; CAMATA, Manuela Brito Tiburtino. **Educação das relações étnico-raciais e formação continuada de professores**. IN: CRISTOFOLETI, Rita de Cássia; SANTOS, Zaira Bomfante (Org.). **Ensino na Educação Básica: Linguagens e Perspectivas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2020. p.152.

EUGENIO, Benedito; MATOS, Wesley Santos de; SANTOS, Cledinea Carvalho. **Estudos pós-coloniais e Educação: Diálogo com o Currículo Escolar e as Relações Étnico-Raciais – SEMLACult em Foz do Iguaçu/PR, Brasil**, 2018.

HACON, Vanessa; LOUREIRO, Carlos Frederico B. **A centralidade do território e a posição do Estado nos conflitos pela apropriação da natureza: o caso do Parque 164 Estadual de Itaúnas**. Terra Livre, São Paulo, ano 27, v. 1, n.36, p. 79, jan./jun. 2011.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky a relevância do social**. Summus editorial LTDA , 3 edição, São Paulo, SP, 1998.

VYGOTSKY, Lev . **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.